

*B O L E T I M*

# MUNICIPAL

*CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1660

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### **PRESIDÊNCIA DA CÂMARA**

**Despachos n.ºs 289/P/2025** (Delegação e subdelegação de competências no diretor municipal de Gestão Patrimonial) e **290/P/2025** (Delegação e subdelegação de competências no comandante da Polícia Municipal)  
pág. 2048 (2)

### ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

#### **EDITAIS**

**N.ºs 295/2025** (Reunião Extraordinária) e **296/2025 a 319/2025** (Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026 - Desdobramento das Assembleias de Voto)  
pág. 2048 (10)

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

#### Despacho n.º 289/P/2025

Delegação e subdelegação de competências no diretor municipal de Gestão Patrimonial

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, bem como no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, todos na redação em vigor, delego e subdelego no diretor municipal de Gestão Patrimonial, **Bernardo Xavier Alabaça** ou em quem legalmente o substitua, quanto às matérias da Direção Municipal de Gestão Patrimonial de acordo com a Orgânica dos Serviços Municipais, Estrutura Nuclear e Estrutura Flexível, do Município de Lisboa (aprovada pelas Deliberações n.º 305/AML/2018 e n.º 286/CM/2018 e publicada pelo Despacho n.º 8499/2018, no «Diário da República», 2.ª Série, n.º 169, de 3 de setembro de 2018, com as alterações introduzidas pela Deliberação n.º 355/CM/2020, através do Aviso n.º 10 181/2020, publicado no «Diário da República», 2.ª Série, n.º 131, de 8 de julho de 2020, e pela Deliberação n.º 461/CM/2021, através do Aviso n.º 13 406/2021, publicado no «Diário da República», 2.ª Série, n.º 136, de 15 de julho de 2021), as minhas competências próprias e as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 263/P/2025, publicada no *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro, as seguintes competências:

#### **A - Em matéria de valorização patrimonial e administração do Património Municipal:**

- 1 - Exercer e desenvolver as competências respeitantes à administração, gestão e valorização do património imobiliário do Município, no âmbito da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, incluindo as que decorram de ações de cooperação interadministrativa, nos termos do presente despacho;
- 2 - Elaborar e propor aos Órgãos Municipais competentes os normativos internos e os regulamentos destinados a disciplinar todos os atos e procedimentos necessários à boa gestão e valorização do património imóvel municipal;
- 3 - Assegurar a gestão e atualização do cadastro de ocupantes de prédios e terrenos municipais sob a sua gestão, bem como reportar à Polícia Municipal eventuais violações ou ocupações abusivas e promover as devidas desocupações, quando existir fundamento legal para tal;
- 4 - Ordenar o despejo de ocupantes e arrendatários de imóveis municipais não habitacionais sob a sua gestão que violem as normas legais ou regulamentares ou por razões de interesse público, nos termos da lei, conduzindo os processos de desocupação coerciva em articulação com a Polícia Municipal e submetendo ao Departamento

Jurídico as situações que obriguem ou aconselhem a procedimento judicial, designadamente no cumprimento do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto;

- 5 - Elaborar, instruir e preparar as propostas a submeter aos Órgãos Municipais competentes para alteração da dominialidade dos bens imóveis municipais que se justifiquem em face da lei e dos regulamentos em vigor e que melhor sirvam a valorização dos imóveis municipais e a execução de projetos e obras nos mesmos;
- 6 - Praticar os atos necessários à elaboração e atualização do cadastro dos bens imóveis do Município, no âmbito dos respetivos Serviços e sem prejuízo das minhas competências delegadas e subdelegadas na área das Finanças;
- 7 - Coordenar as ações que visam a elaboração da carta de cadastro da propriedade do Município de Lisboa, assegurando a articulação com outras entidades externas com intervenção no domínio do cadastro;
- 8 - Assegurar a gestão do cadastro urbano e do cadastro de subsolo de toda a área do Município de Lisboa, garantindo a manutenção da cartografia base de referência, em cooperação com os demais Serviços no âmbito das respetivas competências;
- 9 - Promover, em articulação com o Departamento de Sistemas de Informação e com outras entidades públicas neste domínio, os sistemas de informação geográfica de cadastro do Município de Lisboa;
- 10 - Promover a disponibilização aos Serviços Municipais e aos particulares de informação cadastral do Município, de acordo com as normas legais aplicáveis, designadamente, no que respeita a legitimidade, acesso a dados pessoais, nos termos legais, e segurança jurídica, sem prejuízo das competências do Vereador com a área da Relação com o Município;
- 11 - Assegurar as regularizações do imobilizado e a classificação e inventariação dos bens patrimoniais de natureza imobiliária, sem prejuízo das competências da Direção Municipal de Finanças e em articulação com este Serviço;
- 12 - Praticar todos os atos de registo predial do património imobiliário do Município, incluindo os previstos no Decreto-Lei n.º 51/2017, de 25 de maio, a inscrição e o cancelamento de ónus e servidões ou qualquer outra restrição ao direito de propriedade, a anexação e desanexação de parcelas, bem como registos de qualquer outra natureza;
- 13 - Promover, nos termos da lei, a emissão e disponibilização de declarações e certidões, desde que requeridas por interessados diretos e/ou com interesse legítimo e incidam sobre propriedades municipais ou sobre as quais o Município de Lisboa detenha algum direito, ónus ou pretensão legalmente reconhecidos, sem prejuízo das competências do Vereador com a área da Relação com o Município;
- 14 - Preparar, redigir e formalizar todos os atos, contratos, protocolos ou quaisquer outros instrumentos jurídico-institucionais que incidam sobre o património municipal, intervindo também nos atos que exijam especiais garantias de legalidade, certeza jurídica e autenticidade;

- 15 - Outorgar contratos que impliquem a transmissão ou constituição de direitos reais, a oneração de imóveis ou a concessão de uso privativo sobre parcelas de terreno municipal, nos termos e condições aprovados pelos Órgãos Municipais e em articulação com os demais Serviços, no âmbito das respetivas competências;
- 16 - Iniciar, preparar e conduzir os procedimentos de expropriação/aquisição de interesse público, bem como elaborar e preparar propostas, para submeter aos Órgãos Municipais competentes, tendo em vista a declaração de utilidade pública para expropriação;
- 17 - Apreçar e informar os pedidos de mais-valias resultantes de expropriações, bem como proceder à tomada de posse administrativa dos bens imóveis objeto de declaração de utilidade pública de expropriação;
- 18 - Ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;
- 19 - Assegurar, no prazo legal e nos termos da legislação em vigor, o exercício dos direitos legais de preferência pelo Município de Lisboa no âmbito da transmissão onerosa de imóveis, analisando as respetivas comunicações, comunicando sempre que tal exercício se não justifique, por via postal ou mensagem de correio eletrónico, e sinalizando as situações que possam merecer o exercício de tal direito, bem como elaborar proposta de decisão, a submeter aos Órgãos Municipais competentes, nos casos em que tal exercício se justifique, assegurando a competente comunicação aos obrigados, designadamente no sítio «Casa Pronta»;
- 20 - Adquirir bens imóveis nos termos legais e até ao valor máximo de 49 879,79 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos);
- 21 - Alienar ou onerar bens imóveis de valor até de 49 879,79 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos), sempre que tais atos decorram de regulamento específico e desde que não tenham nem possam ter uso habitacional;
- 22 - Elaborar, interna e externamente, os estudos e avaliações que se reputem necessários para a valorização do património imóvel e para suportar tecnicamente a racionalidade das propostas da Direção Municipal sobre as operações patrimoniais a submeter aos Órgãos Municipais, incluindo nos casos de alienação em complemento de lote e exercício do direito legal de preferência pelo Município relativamente à transmissão onerosa de imóveis, nos termos da legislação em vigor;
- 23 - Assegurar a elaboração e atualização da informação necessária à gestão da propriedade municipal, nomeadamente, no que se refere aos valores fundiários da Cidade;
- 24 - Autorizar os particulares, nos termos regulamentar e contratualmente estabelecidos, a alienar frações de prédios construídos em direito de superfície constituído pelo Município a favor de terceiros e geridos pelos respetivos Serviços, emitindo as declarações competentes à produção dos respetivos efeitos;
- 25 - Preparar e promover, no âmbito de regulamento específico, a constituição, modificação ou extinção de direitos sobre património imobiliário do domínio público de curto prazo, assegurando a condução dos respetivos processos, de acordo com a ponderação dos custos e benefícios e satisfazendo os requisitos da economia, eficiência e eficácia;
- 26 - Preparar e propor, no âmbito de regulamento específico, a constituição, modificação ou extinção de direitos sobre património imobiliário do domínio público e do domínio privado, assegurando a condução dos respetivos processos, de acordo com a ponderação dos custos e benefícios e satisfazendo os requisitos da economia, eficiência e eficácia;
- 27 - Promover e desenvolver todas as ações necessárias à aquisição, oneração ou alienação de direitos sobre a propriedade imobiliária e fundiária, incluindo complemento de lote, permuta, direitos de superfície, arrendamento ou outros, nos termos dos regulamentos aplicáveis e em cumprimento das deliberações dos Órgãos Municipais competentes;
- 28 - Promover e desenvolver todas as ações necessárias à constituição, modificação ou extinção da propriedade horizontal de imóveis municipais;
- 29 - Assegurar a participação municipal na administração dos condomínios de prédios nos quais o Município de Lisboa seja proprietário de frações autónomas não habitacionais, autorizando a fixação e a atualização dos respetivos encargos anuais;
- 30 - Autorizar as atualizações e alterações de rendas ou outras contrapartidas pecuniárias nos contratos em que o Município é sujeito passivo, quando as mesmas decorram da aplicação de normas legais, regulamentares ou contratuais promovendo, se necessário, as competentes anulações;
- 31 - Praticar os atos cometidos ao Presidente da Câmara Municipal no âmbito dos procedimentos respeitantes à extinção de direitos sobre património imobiliário e dos procedimentos de Hasta Pública ou de outros procedimentos concorrenciais destinados à constituição de direitos sobre património imobiliário, incluindo a elaboração das respetivas peças escritas e procedimentais e a condução de todas as suas fases, bem como a adjudicação definitiva, sem prejuízo do conhecimento ao Delegante;
- 32 - Planear, coordenar e executar as ações necessárias e tomar as decisões respeitantes à administração corrente do património municipal e à sua conservação, exceto no que respeita aos equipamentos cuja gestão é expressamente conferida a outros Vereadores e respetivos Serviços;
- 33 - Tramitar os processos para cedência de propriedade municipal a afetar ao desenvolvimento de atividades com interesse para o Município, na sequência de candidatura apresentada, nos termos da lei e dos regulamentos municipais;
- 34 - Assegurar o controlo dos débitos dos ocupantes e arrendatários de propriedades municipais não habitacionais, promovendo a sua cobrança, bem como a atualização do valor das rendas, sem prejuízo das competências da Direção Municipal de Finanças e da articulação com este Serviço.

***B - Em matéria de apresentação de propostas em reunião de Câmara e execução das suas decisões, representação do Município e publicação de atos:***

- 1 - Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da Câmara Municipal, bem como das decisões do Presidente da Câmara, praticando os atos necessários para o efeito;

- 2 - Preparar, em tempo útil, resposta aos pedidos de informação apresentados pela Assembleia Municipal, bem como aos requerimentos apresentados pelos Vereadores da Câmara Municipal, dentro dos prazos previstos;
- 3 - Executar as Opções do Plano e Orçamento aprovados;
- 4 - Propor a apresentação de propostas à Câmara Municipal, no âmbito das matérias delegadas e subdelegadas e promover a respetiva instrução com toda a documentação necessária à sua apreciação, designadamente no âmbito da decisão de recursos hierárquicos;
- 5 - Representar o Município em juízo e fora dele mediante a prática de um ato especialmente dirigido a cada uma das representações em causa;
- 6 - Representar o Município ou a Câmara Municipal no relacionamento com outros organismos da Administração Pública e outras organizações públicas e privadas, nomeadamente no âmbito da assinatura de contratos, protocolos e acordos de parceria, previamente autorizados e que estejam contidos nas áreas de competência da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, excetuando a assinatura de documentos com qualquer das seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro e Membros do Governo, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Procurador-geral da República e Presidentes de outras Câmaras Municipais, quando aqueles sejam celebrados nos Paços do Concelho de Lisboa, e autoridades de gestão dos Programas Operacionais com fundos da União Europeia ou de quaisquer outros fundos nacionais ou internacionais para financiamento, nomeadamente as agências europeias em representação da Comissão Europeia;
- 7 - Assinar ou visar a correspondência com destino a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, ou organismos públicos, no âmbito das matérias atribuídas à Unidade Orgânica, com exceção da correspondência direta com qualquer uma das entidades referidas no ponto anterior;
- 8 - Estabelecer o relacionamento com entidades públicas e privadas e emitir pareceres, no âmbito das competências ora delegadas e subdelegadas;
- 9 - Propor e apresentar queixas e denúncias, nos termos da legislação processual penal;
- 10 - Promover, nas respetivas áreas de competência, a publicação no Jornal Oficial da União Europeia, no «Diário da República», quando a lei expressamente o determine, no *Boletim Municipal* ou em Edital, das deliberações e decisões destinadas a ter eficácia externa, nos termos da legislação em vigor.

**C - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexa:**

- 1 - Autorizar a realização de despesa até ao limite de 49 879,79 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove centimos), nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da Deliberação n.º 662/CM/2021, incluindo no âmbito da celebração dos Contratos Públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008,

- de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do CCP, exceto no que respeita a Contratos de empreitada;
- 2 - Autorizar a despesa decorrente da Modificação Objetiva de Contratos ou da Reposição do Equilíbrio Financeiro de contratos públicos em vigor, nos termos da lei e até ao limite previsto no número anterior, comunicando ao ora delegante as autorizações concedidas ao abrigo desta competência, com regularidade trimestral;
- 3 - Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, exercer, no âmbito da formação dos Contratos Públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a competência para a aprovação da Minuta do Contrato e proceder à sua outorga, nos termos do artigo 98.º e do n.º 1 do artigo 106.º do CCP;
- 4 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, elaborar proposta de decisão, no âmbito de impugnações administrativas apresentadas nos termos do disposto nos artigos 267.º e seguintes do CCP, bem como em sede de execução de Contratos Públicos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante, incluindo no que diz respeito a Contratos sem valor e, ainda, no respeitante à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa, designadamente sobre a prorrogação do prazo de execução e sobre a autorização à subcontratação;
- 5 - Aprovar as peças procedimentais, designadamente, programas de procedimento e cadernos de encargos, e adjudicar, no âmbito da aquisição de bens e serviços e outros contratos, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do ponto 1;
- 6 - Para procedimentos de valor superior ao limite constante no ponto 1, elaborar e submeter à aprovação da entidade competente as peças do procedimento, exercendo, no âmbito da formação dos Contratos Públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, e, em sede de execução de Contratos Públicos, as competências atribuídas à entidade adjudicante necessárias à boa execução do contrato;
- 7 - Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, nos termos da presente delegação e subdelegação de competências;
- 8 - Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no ponto 1;
- 9 - Autorizar a realização de despesas orçamentadas, nos termos legais e até ao limite fixado no ponto 1;
- 10 - Autorizar a realização e o pagamento de despesas, em cumprimento de contratos de adesão cuja celebração tenha sido autorizada e com cabimento no orçamento em vigor;
- 11 - Visar e apor visto nas faturas;
- 12 - Enviar ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, os processos que tramitem nos respetivos Serviços, nomeadamente em matérias de valorização patrimonial e administração do património municipal, e que impliquem despesa para o Município, designadamente para efeitos de controlo prévio, prestação de informação solicitada e/ou outra que seja necessária, no âmbito das competências da Direção Municipal de Gestão Patrimonial;



- 13 - Nos casos em que o Contrato não implique o pagamento de um preço pelo Município de Lisboa, nos termos do CCP, tomar a decisão de contratar e praticar os demais atos, no âmbito da formação e execução do mesmo;
- 14 - Nos casos em que a Câmara Municipal seja a entidade competente para a decisão de contratar, e havendo delegação de competências no Presidente da Câmara para a prática dos demais atos no procedimento, proceder à prática de todos esses atos, designadamente a aprovação da minuta do contrato e a outorga do contrato, previstos, respetivamente, nos artigos 98.º e 106.º do CCP;
- 15 - No caso da celebração de contratos em que não seja aplicável o CCP, assegurar as competências instrumentais com vista à sua celebração, incluindo a aprovação da minuta, se aplicável, e a outorga do mesmo, sem prejuízo das competências dos Órgãos Municipais e dos limites de autorização de despesa pública;
- 16 - Gerir o Fundo Permanente autorizado, nos termos das normas legais e regulamentares em vigor;
- 17 - Autorizar o pagamento fracionado de rendas ou de taxas, no âmbito de competência da Unidade Orgânica, sempre que aplicável, nos termos das normas legais e regulamentares em vigor e em articulação com a Direção Municipal de Finanças;
- 18 - Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais, no âmbito de competência da Unidade Orgânica, em articulação com a Direção Municipal de Finanças.

***D-Em matéria de procedimento administrativo e relativamente a matérias não referidas nos pontos anteriores, são delegadas as seguintes competências:***

- 1 - Praticar todos os atos administrativos que se reputem necessários e adequados, que integrem a competência do responsável pela direção do procedimento, até à decisão final, incluindo esta, assegurando a gestão dos assuntos e procedimentos que se encontrem atribuídos à Unidade Orgânica;
- 2 - Determinar a execução dos atos previstos na presente delegação e subdelegação, se aplicável, nos termos dos artigos 175.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;
- 3 - Assegurar a direção e instrução de procedimentos administrativos, nos termos e ao abrigo dos artigos 55.º e 115.º do Código do Procedimento Administrativo e proceder à junção de documentos nos procedimentos administrativos em curso, assegurando o cumprimento do prazo de conclusão dos mesmos;
- 4 - Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou agentes afetos à Direção Municipal de Gestão Patrimonial;
- 5 - Praticar os atos instrumentais ao exercício das competências delegadas e subdelegadas, designadamente, decidir sobre o saneamento e apreciação liminar, a suspensão do procedimento, a prorrogação de prazos para a prática de atos ou entrega de elementos, aceitar a desistência, declarar deserto o procedimento que, por causas imputáveis ao requerente, esteja parado por mais de seis meses, nos termos dos artigos 131.º e 132.º do Código do Procedimento Administrativo, proceder, nos termos legais, à audiência dos interessados nos procedimentos

- cuja instrução se encontra subdelegada, e às comunicações e notificações das pessoas singulares ou coletivas das decisões ou outros atos relativos aos assuntos em que sejam interessados ou contrainteressados, autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa, autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, autorizar a consulta de processos, nos termos legalmente permitidos, decidir os pedidos de certificação de documentos, reprodução ou declaração autenticada, promover a consulta às entidades que, nos termos da lei, se devam pronunciar, determinar a realização de vistorias e a extinção de procedimentos, bem como decidir o arquivamento de processos;
- 6 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível, nos termos do artigo 108.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 7 - Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados e autorizar a consulta de processos;
- 8 - Enviar documentação a qualquer Unidade Orgânica Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão, bem como para conhecimento de decisões tomadas;
- 9 - Lançar ou revogar compromissos em cadastro com base em norma legal ou em cumprimento das deliberações ou decisões municipais;
- 10 - Proceder aos registos que se mostrem necessários, no âmbito das áreas de competência da Direção Municipal de Gestão Patrimonial;
- 11 - Responder às reclamações e outras comunicações apresentadas, nos termos dos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação;
- 12 - Homologar autos de extravio e autos de abate ao inventário dos bens do domínio privado do Município e dos bens móveis incapazes e inúteis para o serviço e afetos à Direção Municipal de Gestão Patrimonial;
- 13 - Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade;
- 14 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação da Unidade Orgânica, bem como assegurar os contactos com as entidades e serviços responsáveis pela sua produção e/ou utilização;
- 15 - Colaborar no apoio a Programas e Projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central;
- 16 - Promover a adaptação das normas camarárias diretamente relacionadas com o conteúdo funcional da Unidade Orgânica ao Direito Nacional e Comunitário;
- 17 - Conduzir a realização de estudos, a emissão de pareceres e o desempenho de atividades de apoio técnico, bem como colaborar com entidades públicas e privadas, no âmbito da respetiva área de competência;
- 18 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços Municipais ou a entidades externas ao Município;
- 19 - Assegurar a boa administração do domínio público municipal, promovendo as ações necessárias à respetiva administração corrente e conservação;

- 20 - Programar a conservação, manutenção e valorização dos edifícios e outras instalações que se encontrem na dependência ou sob a gestão da Direção Municipal, em articulação com os Serviços Municipais competentes;
- 21 - Designar os representantes do Município para avaliação dos danos causados em bens do património municipal ou dele desviado, quando afetos à Unidade Orgânica;
- 22 - Coordenar com o gabinete do delegante a prestação de informações aos Órgãos de Comunicação Social e proceder à sua comunicação sempre que solicitado para o efeito;
- 23 - Propor a designação do trabalhador que serve de Oficial Público;
- 24 - Autorizar deslocações, excetuando a realização de deslocações ao estrangeiro e o abono de ajudas de custo se aplicável, ao pessoal afeto à Direção Municipal de Gestão Patrimonial dentro do território nacional, por razões consideradas de serviço ou em benefício daquela Unidade Orgânica;
- 25 - Propor e instruir candidaturas do Município de Lisboa a fundos públicos e privados, programas de incentivo e similares, em articulação com os Serviços competentes, de acordo com as regras estabelecidas e nos termos das deliberações e despachos aplicáveis, nomeadamente do despacho de delegação e subdelegação de competências nos Senhores Vereadores;
- 26 - Praticar os demais atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Presidente da Câmara Municipal, no âmbito das atribuições da Direção Municipal de Gestão Patrimonial.

#### **E - Em matéria de Recursos Humanos**

Em matéria de recursos humanos, sem prejuízo de outros despachos ou deliberações que venham a ser determinados para o efeito, é aplicável o disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

#### **F - Disposições finais:**

- 1 - Fica, igualmente, delegada e subdelegada no diretor municipal de Gestão Patrimonial a prática de atos de administração ordinária e corrente da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 2 - O diretor municipal de Gestão Patrimonial deve assegurar o total respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, designadamente, pelo Regulamento do Orçamento do Município de Lisboa e, em especial, pelas normas reguladoras dos limites de autorização de despesa pública, bem como garantir que processos que não devam ser decididos pelo subdelegado sejam instruídos com todos os elementos necessários à sua boa decisão por parte do Órgão competente;
- 3 - O diretor municipal de Gestão Patrimonial deve elaborar relatórios mensais de todas as atividades desenvolvidas ao abrigo do presente despacho, os quais deverão ser apresentados ao delegante no mês seguinte àquele a que respeitam;

- 4 - O diretor municipal de Gestão Patrimonial deve responder, no prazo máximo de dez dias úteis, aos pedidos de informação formulados pelo delegante ou por quem este determine para o efeito;
- 5 - No uso das competências delegadas e subdelegadas pelo presente despacho deve ser assegurado o cumprimento do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 6 - As competências ora delegadas e subdelegadas podem ser avocadas a todo o tempo e revogados os atos administrativos praticados pelo subdelegado, ao abrigo da presente delegação e subdelegação de competências, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 7 - Autorizo o diretor municipal de Gestão Patrimonial a subdelegar as competências objeto do presente despacho, dentro dos limites legais, nos respetivos dirigentes da Direção Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, na redação em vigor;
- 8 - Ficam ratificados, nos termos e ao abrigo do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos entretanto praticados pelo diretor municipal de Gestão Patrimonial, no âmbito das competências ora delegadas e subdelegadas, desde que em conformidade com o presente despacho;
- 9 - O presente despacho entra em vigor na data da respetiva publicação, sem prejuízo do disposto no número anterior.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2025/12/05.

O Presidente,  
(a) *Carlos Moedas*

#### **Despacho n.º 290/P/2025**

Delegação e subdelegação de competências no comandante da Polícia Municipal

1 - Sem prejuízo das competências próprias decorrentes do artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação em vigor e dos artigos 6.º, n.º 2 e 18.º, n.º 1 do Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa, publicado no «Diário da República» n.º 157/2018, Série II, de 16 de agosto, na redação em vigor, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, na redação em vigor, no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, bem como nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e no uso da faculdade de subdelegação prevista no ponto I da Deliberação n.º 593/CM/2025, publicada no *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro, subdelego no comandante da Polícia Municipal, Superintendente José Ricardo Nazareth de Carvalho Figueira, as seguintes competências:

- 1.1 - Executar as Deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da Câmara Municipal, bem como as decisões do Presidente da Câmara e do ora subdelegante;

1.2 - Executar as políticas de Segurança do Município no âmbito das suas competências próprias e na esfera de atuação da Polícia Municipal e em coordenação com as orientações emanadas do Conselho Municipal de Segurança;

1.3 - Executar as Opções do Plano e o Orçamento aprovados no âmbito da Polícia Municipal de Lisboa, incluindo a respetiva regulamentação;

1.4 - Promover e apoiar o desenvolvimento da Polícia Municipal, da segurança e das atividades a ela conducentes, em parceria ou não com outras entidades públicas e/ou, privadas;

1.5 - No âmbito das funções específicas de Comandante da Polícia Municipal:

a) Atribuir a licença e exercer as demais competências relativamente aos guardas-noturnos, nos termos da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto e do Regulamento Municipal do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno no Município de Lisboa, aprovado pela Deliberação n.º 682/ /AML/2024, de 27 de janeiro e publicado sob o Aviso n.º 4908/2025, de 20 de fevereiro, na II Série do «Diário da República»;

b) Acompanhar a implementação e operacionalidade do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP);

c) Decidir a cessação de situações de mobilidade do pessoal com funções policiais da Polícia Municipal, incluindo comissões de serviço, requisições ou equiparadas;

d) Autorizar deslocações para fora do Município, mas dentro do território nacional, ao pessoal afeto à Polícia Municipal, bem como às viaturas que lhe estão afetas, por razões consideradas de serviço ou em benefício daquela Unidade Orgânica;

e) Autorizar a realização e pagamento de despesas decorrentes da atividade de remoção de veículos, bem como o pagamento de indemnizações por danos causados em consequência da mesma, até ao montante fixado no n.º 1.11, alínea a);

f) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, reuniões, seminários e cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, quando não importem custos para o Serviço, com exceção das despesas com a formação teórica e prática dos polícias municipais;

g) Decidir em matéria de horário de trabalho, nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis do Município, e com respeito pelas orientações emitidas pela Direção Municipal de Recursos Humanos, em matéria de duração e horário de trabalho.

h) Determinar a tramitação do procedimento e conceder o apoio jurídico aos elementos com funções policiais integrados no Mapa de Pessoal da Polícia Municipal de Lisboa, conforme o disposto no artigo 26.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro (EPPSP), concatenado com o disposto nos artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 13/2017, de 26 de janeiro.

1.6 - Coordenar com o Gabinete do ora subdelegante a prestação de informações aos Órgãos de Comunicação Social e proceder à sua divulgação quando solicitado

por aquele para o efeito, podendo, neste caso, subdelegar no graduado mais antigo presente nos locais de sinistros a prestação de esclarecimentos sobre os mesmos;

1.7 - Programar a conservação, manutenção e valorização dos edifícios e outras instalações que se encontrem na dependência ou sob a gestão da Polícia Municipal, incluindo todas as medidas que se reputem necessárias à manutenção das suas condições de prontidão e o relacionamento com os Serviços Municipais com competências na matéria;

1.8 - Colaborar, no âmbito das competências próprias da Polícia Municipal, no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central;

1.9 - No âmbito das competências próprias da Polícia Municipal, propor e instruir candidaturas do Município de Lisboa a fundos públicos e privados, programas de incentivo e similares, em articulação com a Unidade Orgânica competente;

1.10 - Em matéria de Procedimento Administrativo:

a) Praticar os atos administrativos, incluindo a decisão final, no âmbito da instrução de procedimentos administrativos próprios das competências da Polícia Municipal, bem como gerir os assuntos e procedimentos que se encontram atribuídos à Polícia Municipal;

b) Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos em curso nos termos do artigo 115.º do Código do Procedimento Administrativo, assegurando o cumprimento dos prazos de conclusão dos mesmos;

c) Reconhecer a extinção dos procedimentos administrativos em curso, ao abrigo do disposto nos artigos 95.º, 131.º, 132.º e 133.º do Código do Procedimento Administrativo, bem como decidir o arquivamento de processos;

d) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos à Polícia Municipal;

e) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;

f) Proceder às notificações e comunicações que forem devidas, incluindo a pedido de outras Câmaras Municipais;

g) Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados e autorizar a consulta de processos;

h) Enviar documentação a qualquer Unidade Orgânica Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão, bem como para conhecimento de decisões tomadas;

i) Praticar os demais atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Presidente da Câmara ou do Vereador em que a mesma esteja delegada ou subdelegada, no âmbito das funções cometidas à Polícia Municipal;

j) Promover a publicação em *Boletim Municipal*, em Edital e, quando a lei expressamente o determine, em «Diário da República», das decisões destinadas a ter eficácia externa, nos termos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



- k) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, designadamente os respeitantes a todos os procedimentos que tramitem na Polícia Municipal ou que a despesa seja realizada no âmbito da respetiva Orgânica, seja ou não em sede de fiscalização prévia, em articulação com a Direção Municipal de Finanças;
- l) Responder às reclamações e outras comunicações apresentadas à Polícia Municipal, nos termos dos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na redação em vigor.

1.11 - Em matéria de património móvel afeto à Unidade Orgânica referida no n.º 1, bem como no que respeita a matéria de contratação pública, realização de despesas e matérias conexas:

- a) Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49 879 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros), no âmbito da celebração de contratos públicos, e tomar a decisão de contratar, também nos casos em que o contrato não implique o pagamento de um preço, bem como exercer as demais competências atribuídas ao Órgão competente para a decisão de contratar, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, com exceção de despesas referentes a contratos de prestação de serviços, na modalidade de tarefa ou avença, com pessoas singulares;
- b) Adquirir e locar bens móveis e serviços, nos termos da legislação em vigor, para o efeito autorizando a correspondente despesa pública orçamentada, até ao limite previsto na alínea a);
- c) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação, bem como as peças procedimentais relativas a aquisições de bens e serviços e a outros contratos, compreendidos no limite referido na alínea a) e exercer as demais competências instrumentais necessárias à condução do respetivo procedimento, bem como decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos termos dos artigos 267.º e seguintes do CCP;
- d) Proceder à outorga do contrato previsto no artigo 106.º do CCP, seja qual for o respetivo valor, desde que a despesa tenha sido previamente autorizada e nos termos do Regulamento do Orçamento Municipal em vigor;
- e) Autorizar a despesa decorrente da Modificação Objetiva de Contratos ou da Reposição do Equilíbrio Financeiro de contratos públicos em vigor, nos termos da lei e até ao limite previsto na alínea a) deste ponto, comunicando ao ora delegante as autorizações concedidas ao abrigo desta competência, com regularidade trimestral;
- f) Exercer, em sede de execução dos contratos públicos, as competências atribuídas ao contraente público, incluindo as que dizem respeito a contratos sem valor e ainda no respeitante à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa;

- g) Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, bem como autorizar a realização de despesas orçamentadas, até ao limite previsto na alínea a);
- h) Apor vistos, assinar avisos e guias de pagamento de faturas relativas a quaisquer despesas decorrentes do funcionamento da Polícia Municipal;
- i) Promover as ações necessárias à administração corrente e à conservação do Património Municipal móvel, nomeadamente assegurar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis do Município afetos à Unidade Orgânica, indicada no n.º 1;
- j) Homologar autos de extravio e abate dos bens móveis incapazes e inúteis afetos à Polícia Municipal;
- k) Emitir pareceres ou determinar a sua elaboração, em matérias incluídas no presente âmbito, por iniciativa própria ou na sequência de solicitação do ora subdelegante;
- l) Gerir o Fundo Permanente autorizado nos termos das normas legais e regulamentares em vigor sobre esta matéria.

1.12 - Relativamente a matérias não referidas nos pontos anteriores:

- a) Representar o Município ou a Câmara Municipal no relacionamento com outros organismos da Administração Pública e outras organizações públicas e privadas, nomeadamente no âmbito da assinatura de Contratos, Protocolos e Acordos de Parceria no âmbito da atividade policial da Polícia Municipal, excetuando a assinatura de documentos com qualquer uma das seguintes entidades:
  - i. - Presidente da República;
  - ii. - Presidente da Assembleia da República;
  - iii. - Primeiro-ministro e Membros do Governo;
  - iv. - Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional
  - v. - Provedor de Justiça;
  - vi. - Procurador-geral da República; e
  - vii. - Quando celebrados nos Paços do Concelho de Lisboa, Presidentes de outras Câmaras Municipais.
- b) Sem prejuízo das competências atribuídas a outros Órgãos, aprovar os protocolos a celebrar no âmbito da atividade policial da Polícia Municipal em articulação com o Gabinete do ora subdelegante;
- c) Assinar ou visar correspondência em nome do Município ou da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-ministro e Membros do Governo, Procurador-geral da República e com Presidentes de Câmaras Municipais;
- d) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, no âmbito das áreas ora subdelegadas;



- e) Apresentar, em representação do Município de Lisboa, queixas e denúncias, nos termos da legislação penal e processual penal;
- f) Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais associadas à atividade da Polícia Municipal;
- g) Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito da respetiva área;
- h) Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação da Polícia Municipal, bem como assegurar os contatos com as Entidades e Serviços responsáveis pela sua produção e, ou, utilização;
- i) Promover a adaptação das normas camarárias diretamente relacionadas com o conteúdo funcional da Polícia Municipal ao direito nacional e europeu;
- j) Conduzir a realização de estudos, emissão de pareceres e o desempenho de atividades de apoio técnico no âmbito da respetiva área.

2 - Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, fica, igualmente, subdelegada no comandante da Polícia Municipal, Superintendente José Ricardo Nazareth de Carvalho Figueira, a competência para a prática de atos de administração ordinária e corrente, próprios daquele corpo de segurança.

3 - O comandante da Polícia Municipal deve responder, no prazo máximo de dez dias úteis, aos pedidos de informação formulados pelo subdelegante ou por quem este determine para o efeito.

4 - Autorizo o comandante da Polícia Municipal, Superintendente José Ricardo Nazareth de Carvalho Figueira, a subdelegar as competências ora subdelegadas, em conformidade com o disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo e nos limites legais impostos por lei em função da matéria.

5 - No uso das competências ora subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

6 - Com o presente despacho ficam ratificados todos os atos administrativos, entretanto praticados pelo Comandante da Polícia Municipal, Superintendente José Ricardo Nazareth de Carvalho Figueira, no âmbito das matérias cujas competências agora são subdelegadas.

7 - O presente despacho entra em vigor na data da respetiva publicação, sem prejuízo do disposto no número anterior.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2025/12/10.

O Presidente,  
(a) *Carlos Moedas*

# ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

## EDITAIS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 295/2025

Reunião Extraordinária

Faz-se saber que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é convocada a Câmara para reunir extraordinariamente, no dia 17 de dezembro de 2025, às 9h30, na sala do Arquivo dos Paços do Concelho, com a seguinte:

#### *Ordem de trabalhos*

**1 - Proposta n.º 636/2025 - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Gonçalo Reis** - Aprovar as Orientações Estratégicas e apreciar o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., bem como mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral para os aprovar, nos termos da proposta.

**2 - Proposta n.º 637/2025 - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Gonçalo Reis** - Aprovar as Orientações Estratégicas, apreciar o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A. e mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral para os aprovar, nos termos da proposta.

**3 - Proposta n.º 638/2025 - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Gonçalo Reis e pelo Sr. Vereador Vasco Moreira Rato** - Aprovar as Orientações Estratégicas e apreciar os Instrumentos de Gestão Previsional para 2026 da Lisboa Ocidental SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A., mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral para os aprovar, bem como submeter à Assembleia Municipal a minuta do Contrato-programa para 2026, nos termos da proposta.

**4 - Proposta n.º 639/2025 - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Gonçalo Reis e pelo Sr. Vereador Vasco Moreira Rato** - Aprovar as Orientações Estratégicas e apreciar o Plano de Atividades e Orçamento da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E. M., S. A., para o ano de 2026, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral para os aprovar, nos termos da proposta.

**5 - Proposta n.º 640/2025 - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Gonçalo Reis e pelo Sr. Vereador Diogo Moura** - Aprovar as Orientações Estratégicas e apreciar os Instrumentos de Gestão Previsional da EGEAC para o ano de 2026, mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral para os aprovar, autorizar a transferência de verba, bem como submeter à Assembleia Municipal a minuta do Contrato-programa para 2026, nos termos da proposta.

**6 - Proposta n.º 641/2025 - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Gonçalo Reis** - Aprovar submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano 2026-2030, bem como o Orçamento para 2026, o Mapa de Pessoal, a Tabela de Taxas e aprovar a Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais para 2026, nos termos da proposta.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Presidente,

(a) Carlos Moedas

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 296/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia da Ajuda**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia da Ajuda**, foi desdobrada em **15 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Jardim de Infância Alexandre Rodrigues Ferreira aulas n.º 2 e n.º 4, Rua Coronel Pereira da Silva, 18	4 secções
Oficina de Artes e Cultura (antigo Balneário) Rua Cabo Manuel Leitão	3 secções
Pavilhão do antigo Mercado do Peixe Rua Subchefe João Teodoro	4 secções
Mercado da Ajuda/Mercado da Boa-Hora Travessa da Boa Hora à Ajuda 1	4 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 297/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Alcântara**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Alcântara**, foi desdobrada em **14 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Edifício sede da Junta de Freguesia Rua dos Lusíadas, n.º 13	6 secções
Escola Básica Raul Lino Calçada da Tapada	8 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 298/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Alvalade**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Alvalade**, foi desdobrada em **25 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Bairro de São Miguel Rua António Ferreira	3 secções
Escola Básica Teixeira de Pascoais Rua Teixeira de Pascoais	4 secções
Reitoria da Universidade de Lisboa Alameda da Universidade	6 secções
Pavilhão de Alvalade Rua Tomás da Fonseca	3 secções
Escola Secundária Padre António Vieira Rua Marquês de Soveral	9 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 299/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia do Areeiro**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia do Areeiro**, foi desdobrada em **24 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Secundária Dona Filipa de Lencastre Av. Magalhães Lima, 5	10 secções
Agrupamento de Escolas Dona Filipa de Lencastre – Escola Básica 2º Ciclo Rua Fernando Pedroso	2 secções
Pavilhão Grande do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso R. João da Silva	8 secções
Pavilhão Pequeno do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso R. João da Silva	4 secções



Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 300/2025

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

#### Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Arroios

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Arroios**, foi desdobrada em **24 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Secundária Camões Praça José Fontana	14 secções
Lisboa Ginásio Clube Rua dos Anjos 63	6 secções
Escola Básica de Lisboa n.º 1 Largo da Escola Municipal	4 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 301/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia das Avenidas Novas**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia das Avenidas Novas**, foi desdobrada em **21 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa Avenida de Berna, 26 C	5 secções
Biblioteca das Galveias Palácio Galveias, Campo Pequeno	3 secções
Pavilhão de Nossa Senhora de Fátima Rua Sousa Lopes	6 secções
Escola Básica Marquesa de Alorna, Rua Dr. Júlio Dantas	7 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 302/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia do Beato**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia do Beato**, foi desdobrada em **10 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Eng.º Duarte Pacheco Calçada do Carrascal, 40	5 secções
Escola Básica e Secundária Luís António Verney Rua Marquês de Olhão	5 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 303/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Belém**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Belém**, foi desdobrada em **14 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Secundária do Restelo Rua Antão Gonçalves	14 secções
---	------------

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 304/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Campo de Ourique**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Campo de Ourique**, foi desdobrada em **21 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Manuel da Maia Entrada Principal Rua Freitas Gazul, n.º 6	6 secções
Escola Básica Manuel da Maia Entrada Principal - Ginásio Rua Freitas Gazul, n.º 6	4 secções
Escola Básica de Santo Condestável Rua Pereira e Sousa, 60	4 secções
Espaço comunitário da Junta de Freguesia na Rua Quinta do Loureiro Edifício n.º 16 - Lote 8 loja 3 r/c Bº Quinta do Loureiro - Av. Ceuta Norte	1 secção
Escola Secundária de Pedro Nunes Av. Álvares Cabral	6 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## Edital n.º 305/2025

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

### Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Campolide

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Campolide**, foi desdobrada em **15 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Átrio do Palácio da Justiça Rua Marquês de Fronteira, Porta A	2 secções
Átrio do Palácio da Justiça Rua Marquês de Fronteira, Porta A - Galeria	3 secções
Átrio do Palácio da Justiça Rua Marquês de Fronteira, Porta B	3 secções
Externato de Educação Popular Rua João Mota e Silva, 3 – Bairro da Serafina	3 secções
Santana Futebol Clube Calçada dos 7 Moinhos	2 secções
Centro de Recreio Popular da Calçada dos Mestres, Rua 7 - Bairro da Calçada dos Mestres	2 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*



MUNICÍPIO DE LISBOA

**Editais n.º 306/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Carnide**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Carnide**, foi desdobrada em **19 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Luz-Carnide/Escola n.º 45 Rua Maria Brown	8 secções
Espaço Comunitário do Bairro Padre Cruz, Antiga Escola Rio Tejo, Rua Rio Tejo	5 secções
Escola Básica Prista Monteiro B.º Horta Nova – Rua Prista Monteiro	6 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Editais n.º 307/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia da Estrela**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia da Estrela**, foi desdobrada em **22 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Complexo Desportivo da Lapa Rua do Quelhas, 32	10 secções
Escola Básica e Secundária Josefa d'Óbidos Rua Coronel Ribeiro Viana, 11	8 secções
Junta de Freguesia da Estrela Rua Almeida Brandão, 39	4 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 308/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia do Lumiar**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia do Lumiar**, foi desdobrada em **52 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Prof Lindley Cintra/Escola Secundária do Lumiar Rua Mário Sampaio Ribeiro	27 secções
Escola Básica Padre José Manuel Rocha e Melo Rua José Cardoso Pires – Alto do Lumiar	10 secções
Escola Básica de Telheiras Rua Professor Mário Chicó - Telheiras	15 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 309/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Marvila**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Marvila**, foi desdobrada em **41 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Professor Agostinho da Silva Rua Lino Ferreira	4 secções
Clube Oriental de Lisboa - Sede, Praça David Leandro da Silva, 22	2 secções
Escola Básica João dos Santos, Rua Pedro de Azevedo - Bairro da PRODAC	1 secção
Escola Básica de Marvila, Rua António Gedeão - Bairro dos Alfinetes	10 secções
Escola Básica Luíza Neto Jorge, R Ferreira de Castro – Bº da Flamengo	12 secções
ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Rua Cons. Emídio Navarro, 1 - Bº das Amendoeiras	12 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 310/2025

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

#### Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia da Misericórdia

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia da Misericórdia**, foi desdobrada em **9 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Padre Abel Varzim, Rua da Rosa 168 /Travessa da Boa-Hora	2 secções
Escola Básica e Secundária Passos Manuel Travessa do Convento de Jesus	5 secções
Posto 2 de Higiene Urbana Rua D. Luís I, torneja com a Rua do Instituto Industrial n.º 12	2 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 311/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia dos Olivais**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia dos Olivais**, foi desdobrada em **28 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Secundária António Damásio Avenida Dr. Francisco Luís Gomes	5 secções
Escola Básica das Piscinas Rua Capitão Santiago de Carvalho	2 secções
Escola Básica Paulino Montez Alameda da Encarnação – portão de viaturas	5 secções
Biblioteca dos Olivais R Cidade de Lobito, Palácio do Contador-Mor	4 secções
Escola Básica dos Olivais Rua Cidade de Bolama	3 secções
Escola Básica Sarah Afonso Rua Almada Negreiros – portão principal	4 secções
Escola Básica Arco Íris Rua Cidade Nampula – portão frente à esquadra	4 secções
Espaço Bensaúde Instalações da Junta de Freguesia – Rua Costa Malheiro Lote A - Loja A2	1 secção

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*



MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 312/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia do Parque das Nações**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia do Parque das Nações**, foi desdobrada em **20 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Vasco da Gama Rua Ilha dos Amores	9 secções
Escola Básica Infante D. Henrique Rua Padre Joaquim Alves Correia	6 secções
Escola Básica Parque das Nações Rua Gaivotas em Terra	5 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 313/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia da Penha de França**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia da Penha de França**, foi desdobrada em **26 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Nuno Gonçalves Av. General Roçadas 40	3 secções
Escola Básica Nuno Gonçalves Cruzamento da R Francisco Pedro Curado com a Av. General Roçadas	3 secções
Escola Básica Arq.º Victor Palla Rua Eduardo Costa n.º 4C	5 secções
Escola Básica Patrício Prazeres Rua Matilde Rosa Araújo	9 secções
Escola Artística António Arroio Rua Coronel Ferreira do Amaral	6 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 314/2025

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

#### Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Santa Clara

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Santa Clara**, foi desdobrada em **17 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Eurico Gonçalves Azinhaga da Cidade (Metro da Ameixoeira)	6 secções
Escola Básica Pintora Maluda Rua Maluda	4 secções
Escola Básica Pintor Almada Negreiros R Vasco da Gama Fernandes – Alta de Lisboa	7 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),  
(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 315/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Santa Maria Maior**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Santa Maria Maior**, foi desdobrada em **10 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Edifício da Junta de Freguesia Rua Vítor Córdon, 22	1 secção
Edifício Municipal "LOJA LISBOA" Largo de São Julião, n.º 8	1 secção
Sede da Junta de Freguesia Rua da Madalena, 151, R/C	2 secções
Edifício da Junta de Freguesia Casa do Governador, Rua Espírito Santo	1 secção
Centro Comercial da Mouraria Rua da Mouraria, n.º 2, R/C	3 secções
Edifício da Alfândega de Lisboa Autoridade Tributária e Aduaneira Largo Terreiro do Trigo, n.º 25, R/C	2 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 316/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Santo António**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Santo António**, foi desdobrada em **12 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

EPAL - Edifício Sede Avenida da Liberdade, 24	2 secções
Universidade Autónoma de Lisboa - UAL Palácio dos Condes de Redondo Rua de Santa Marta, 56	4 secções
Stand de automóveis C. Santos Rua da Escola Politécnica, 261	6 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 317/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de São Domingos de Benfica**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de São Domingos de Benfica**, foi desdobrada em **32 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Professor Delfim Santos Rua Maestro Frederico de Freitas	14 secções
Escola Básica António Nobre Rua António Nobre	5 secções
Escola Básica das Laranjeiras Rua Virgílio Correia	13 secções



Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 318/2025

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

#### Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de São Vicente

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de São Vicente**, foi desdobrada em **15 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Secundária Gil Vicente, Rua da Verónica, 37 Entrada pelo portão oeste (frente ao n.º 126)	7 secções
Edifício da Junta de Freguesia Calçada dos Barbadinhos, n.º 36 e 36-A	4 secções
Mercado de Santa Clara Campo de Santa Clara – Entrada pela porta principal	4 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 319/2025**

Eleição para a Presidência da República - 18 de janeiro de 2026

**Desdobramento das Assembleias de Voto - Freguesia de Benfica**

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que a Assembleia de Voto da **Freguesia de Benfica**, foi desdobrada em **32 Secções de Voto**, que vão funcionar nos locais seguintes:

Escola Básica Pedro de Santarém Estrada de Benfica, 535	9 secções
Escola Básica Jorge Barradas/ Escola 52 Rua Jorge Barradas	9 secções
Complexo Desportivo do Bairro da Boavista, Rua das Azáleas, 1	3 secções
Escola Básica Quinta de Marrocos Estrada de Benfica, 549	4 secções
Escola Básica José Salvado Sampaio Rua Dr. Cunha Seixas	7 secções

Mais torna público, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do mesmo artigo que, desta decisão pode ser interposto recurso, no prazo de dois dias, por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral de qualquer Assembleia de Voto, para o Tribunal da Comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do Município.

Lisboa, em 2025/12/10.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*



*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

**ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11**

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML – Imprensa Municipal*  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 218 171 350 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt